

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
(Área de aprofundamento em Educação do Campo)

LARISSA CORREIA DOS SANTOS

**REPRESENTATIVIDADE NEGRA IMPORTA? O QUE DIZEM OS/AS
PROFESSORES/AS DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA**

JOÃO PESSOA-PB

2024

LARISSA CORREIA DOS SANTOS

**REPRESENTATIVIDADE NEGRA IMPORTA? O QUE DIZEM OS/AS
PROFESSORES/AS DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, realizado no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA-PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237r Santos, Larissa Correia dos.

Representatividade negra importa? o que dizem os/as professores/as de uma escola quilombola / Larissa Correia dos Santos. - João Pessoa, 2024.

47 f. : il.

Orientação: Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - área de aprofundamento em Educação do Campo) - UFPB/CE.

1. Educação escolar quilombola. 2. Educação das relações étnico-raciais. 3. Representatividade negra. I. Ferreira, Ana Paula Romão de Souza. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.013(043.2)

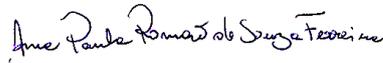
LARISSA CORREIA DOS SANTOS

**REPRESENTATIVIDADE NEGRA IMPORTA? O QUE DIZEM OS/AS
PROFESSORES/AS DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, realizado no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

APROVADO EM: 15/05/2024

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira
(Orientadora - DHP/CE/UFPB)

Prof. Dra. Aline Barboza de Lima
(Examinadora - DEC/CE/UFPB)

Prof. Dra. Francisca Alexandre de Lima
(Examinadora- DEC/CE/UFPB)

DEDICO à minha família, pelo incentivo, apoio, companheirismo e amor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Adailton Correia Cabral e Maria da Conceição dos Santos Correia, que dedicaram suas vidas a minha criação, que sempre batalharam para me proporcionar o que eles não tiveram. Que sempre me incentivaram nos momentos difíceis, me deram a força que eu precisava para continuar, que compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho e nunca soltaram a minha mão em todas as etapas da minha vida.

À minha irmã Maria Letícia, que mesmo sem saber foi quem muitas vezes me deu forças para continuar correndo atrás dos meus objetivos e apoio para enfrentar as adversidades pelo caminho.

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando ao longo deste processo.

Ao meu companheiro Lucas, por todo o apoio, compreensão, cumplicidade e incentivo.

À querida professora Ana Paula Romão, por ser minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e carinho.

A todos os professores que tive durante a graduação, pelos ensinamentos e contribuições que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação ao longo do curso.

Às professoras doutoras Aline Barboza de Lima e Francisca Alexandre de Lima, que aceitaram participar da banca examinadora e contribuir com este trabalho.

A todos (as) aqueles (as) que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

*Minha luta diária é para ser reconhecida como
sujeito. Impor minha existência numa
sociedade que insiste em negá-la!*

Djamila Ribeiro

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral analisar se a presença do educador/a negro/a impacta na construção da identidade cultural, negra e quilombola de forma positiva em quatro turmas dos anos iniciais, em uma escola localizada em território quilombola. E como objetivos específicos temos: traçar o perfil étnico-racial do corpo docente de uma escola quilombola no município de Conde-Pb; identificar práticas educacionais que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola, bem como a consciência étnico-racial das crianças, por educadores/as, independente de seu pertencimento étnico-racial; descrever percepções dos docentes sobre se as crianças quilombolas possuem uma identidade em relação a presença de professores negros. As principais categorias foram: a educação escolar quilombola; a educação antirracista e a representatividade negra docente, sendo os principais autores/as: Almeida (2019); Cavalleiro (2021); Munanga (2004, 2006); Silva (2002); Silva (2024). Teve como metodologia a pesquisa qualitativa. As fontes foram de aportes bibliográficos, documentais e pesquisa com sujeitos de uma escola quilombola situada no campo. E, nesse sentido, os resultados apontam que a educação antirracista estabelecida em documentos legais por conquista do Movimento Negro determina que a responsabilidade do combate ao racismo e superação é um dever de toda uma sociedade e que a escola é obrigada a reformular seu currículo para os conteúdos de uma educação para as relações étnico-raciais. Nesse intuito, os achados da nossa pesquisa dizem que a construção de uma representatividade negra se dá através de atitudes pedagógicas positivas que valorizem a autoimagem e autoestima de crianças negras, e que a presença de professoras e professores negros/os traz impacto positivo na construção de um processo educativo para crianças negras.

Palavras-chave: Educação escolar quilombola. Educação das relações étnico-raciais. Representatividade negra.

RESUMÉN

Este trabajo tiene el objetivo general de analizar si la presencia de un educador negro impacta de manera positiva la construcción de la identidad cultural, negra y quilombola en cuatro clases de los primeros años, en una escuela ubicada en territorio quilombola. Y como objetivos específicos tenemos: perfilar el perfil étnico-racial del profesorado de una escuela quilombola del municipio de Conde-Pb; identificar prácticas educativas que promuevan la valorización de la cultura afrobrasileña y quilombola, así como la conciencia étnico-racial de los niños, por parte de los educadores, independientemente de su pertenencia étnico-racial; describir las percepciones de los profesores sobre si los niños quilombolas tienen una identidad en relación con la presencia de profesores negros. Las principales categorías eran: educación escolar quilombola; educación antirracista y representación docente negra, siendo los principales autores: Almeida (2019); Caballero (2021); Munanga (2004, 2006); Silva (2002); Silva (2024). La metodología fue la investigación cualitativa. Las fuentes fueron aportes bibliográficos, documentales e investigaciones con sujetos de una escuela quilombola ubicada en el campo. Y, en este sentido, los resultados indican que la educación antirracista establecida en documentos legales por el Movimiento Negro determina que la responsabilidad de combatir el racismo y superarlo es un deber de toda una sociedad y que la escuela está obligada a reformular su currículum para los contenidos de una educación para las relaciones étnico-raciales. Para ello, los hallazgos de nuestra investigación dicen que la construcción de la representación negra se produce a través de actitudes pedagógicas positivas que valoran la autoimagen y la autoestima de los niños negros, y que la presencia de profesores negros trae un impacto positivo en la construcción de un proceso educativo para niños negros.

Palabras clave: Educación escolar quilombola. Educación de las relaciones étnico-raciales. Representación negra.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Perfil social - Naturalidade
- Quadro 2** - Faixa Etária
- Quadro 3** - Qual a sua Formação?
- Quadro 4** - Relatos sobre preconceito racial no ambiente escolar
- Quadro 5** - Como você se sente em relação ao seu papel na promoção da diversidade e inclusão na comunidade escolar?
- Quadro 6** - Práticas educacionais que promovem a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola
- Quadro 7** - Você acredita que os alunos negros se veem representados nos conteúdos, atividades e abordagens propostas em sala de aula?
- Quadro 8** - Como a presença do educador negro impacta no senso de pertencimento de estudantes?

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 SÍNTESE HISTÓRICA DOS QUILOMBOS NO BRASIL	18
2.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	20
2.3 O RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	22
2.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	25
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	29
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	29
3.2 DIÁLOGO COM O RESULTADO DA PESQUISA.....	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a visão do corpo docente quanto à importância da representatividade étnico-racial para estudantes em uma escola quilombola localizada no município de Conde-PB. A educação antirracista pautada na Lei 10.639/2003¹, que modificou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira – LDB - Lei 9394/96 - completou 21 anos em 2024. Esta lei visa orientar um currículo afro-referenciado² em todas as instituições escolares, da rede pública e privada, situadas em territórios urbanos ou rurais. Além disso, no âmbito da educação escolar quilombola os saberes culturais, a memória, e as identidades (negra e quilombola) devem estar presente no currículo, de acordo com as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2012).

Os indicadores sociais do IBGE (2022) em pesquisa inédita demonstraram que em 2019 foram mapeadas 5.972 localidades quilombolas, algumas já certificadas e outras ainda na fase de reconhecimento e aguardando a certificação. No entanto, dados do INEP/MEC/FNDE atestam que só temos um total de 1776 escolas quilombolas no Brasil, sendo a maioria na região nordeste. Os estados com maior concentração são os estados da Bahia e Maranhão. Na Paraíba temos um total de 33 escolas, apenas 02 da rede estadual e as demais das redes municipais (Brasil, MEC/INEP, 2024).

As escolas quilombolas estão localizadas em sua grande maioria na zona rural e são atingidas pelo atraso de muitas políticas públicas para esse público. As oportunidades educacionais para sujeitos quilombolas precisam de políticas focalizadas enquanto Ações Afirmativas para proporcionar reparação histórica. Nesse âmbito, a discussão sobre uma representatividade negra de forma positiva no contexto escolar pode contribuir com diferentes

¹ A Lei 10.639 de 2003 tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e consagrou o mês de novembro como o momento de comemoração ao maior líder dos quilombos, que foi Zumbi dos Palmares. Nas Diretrizes Curriculares da Lei 10.639 através da Resolução n.1 do CNE de 2004 orienta que parte deste conteúdo deve contemplar as lutas do povo negro e sua resistência ao colonialismo destacando o papel dos quilombos, entre outros conteúdos do contexto africano e da diáspora africana. E os trabalhos de uma educação antirracista desenvolvidos ao longo do ano devam ser apresentados na Semana da Consciência Negra.

² Segundo Elisa Nascimento (2023), a postulação sobre um currículo afroreferenciado precisa abarcar conteúdos, métodos, sujeitos e referências negras, pois são fundamentais para se contrapor ao currículo eurocêntrico que hegemonicamente coloca o conhecimento europeu como uma teoria universal de conhecimentos. Vem de uma teoria social denominada “afrocentricidade” elaborada por Molefi Kete Asante (2009). Nesta teoria marcada pelo Pan-africanismo do século XX se constitui na tessitura entre contextos que envolvam ou necessitem de reflexões da diáspora, e da resistência ao colonialismo, neo-colonialismo e o protagonismo do Movimento Negro no mundo, em África e aonde ocorreu a diáspora africana. Nesse sentido, a afrocentricidade é vista como um paradigma político e acadêmico (Rios, Santos, Ratt, 2023).

aspectos, tanto das aprendizagens, quanto da construção de uma autoimagem com pertencimento à comunidade e as identidades negra e quilombolas.

Para tanto, este estudo parte do pressuposto que a representatividade étnico-racial no corpo docente, especialmente em escolas quilombolas assume uma relevância significativa, que pode impactar diretamente na experiência educacional das crianças. As escolas quilombolas constituem espaços pedagógicos singulares que atendem as comunidades remanescentes de quilombos as quais possuem uma rica herança cultural e étnico-racial. Nesse cenário, a presença de docentes oriundos dessas próprias comunidades pode vir a assumir um papel importante, uma vez que os educadores podem desempenhar um papel modelador e oferecer uma compreensão profundamente enraizada das tradições culturais e experiências de vida dessas comunidades. Conseqüentemente, tal presença docente pode fortalecer a identidade étnico-racial das crianças quilombolas, fomentando um sentido de pertencimento e uma valorização de suas raízes culturais.

A diversidade racial no corpo docente de uma escola quilombola pode ter um impacto profundo na maneira como o currículo escolar é estruturado e no conteúdo que é ensinado aos estudantes. Isso pode ocorrer porque os educadores trazem com eles perspectivas, experiências e conhecimentos culturais diferentes que podem vir a influenciar diretamente as escolhas curriculares e as estratégias pedagógicas. Os educadores de diferentes origens étnicas e raciais presentes na escola quilombola podem influenciar o aspecto curricular, mas também pode desempenhar um papel fundamental nas relações interpessoais e na construção de uma comunidade escolar inclusiva.

Este estudo é justificado por razões sociais, tendo em vista a necessidade de um olhar inclusivo para as populações negras, em particular, as pertencentes às comunidades quilombolas, quanto ao racismo estrutural que formou o nosso país, após quatro séculos de escravização e ausência de políticas públicas para uma grande parcela da população negra no pós-abolição (Almeida, 2019). Socialmente, vivemos em um país em que 54% da população se autodeclara preta ou parda, portanto, uma população majoritariamente negra, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2023). Devemos, ainda, levar em conta que o racismo no Brasil é também intersubjetivo e que, portanto, é muito difícil se reconhecer e se afirmar ser negro ou negra, em nosso país. Ora, se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (2023), afirma que o Brasil é o país de maior população negra do mundo, fora do continente africano, como temos uma realidade em que as pessoas negras ainda são as que têm a menor escolarização? De tal modo, essa situação requer uma reflexão sobre quais os espaços que a população negra vem ocupando.

Após alguns anos de políticas de ações afirmativas para reparações e tratamento destas desigualdades sociais e raciais, os espaços na sociedade já espaços iguais de oportunidades? Estes questionamentos iniciais nos fizeram pensar que deve existir uma relação entre visibilidade de mais pessoas negras escolarizadas para ocupar espaços de poder e de profissões das mais diversas possíveis, provocaria um impacto positivo na construção da identidade das crianças, desde cedo. E, para além do espaço familiar, a sala de aula é um espaço que consiste em um espaço de perpetuação ou de superação do racismo, a depender do currículo e das práticas (Munanga, 2006). E porque não dizer, também da representatividade!

Foi necessário, portanto, uma análise de como a diversidade racial entre os educadores pode contribuir para reduzir essas disparidades, criando um ambiente onde as crianças quilombolas se sintam valorizadas, representadas e apoiadas em seu processo educacional. Além disso, este estudo é relevante porque investiga como educadores de diferentes origens étnicas e raciais podem contribuir para essa preservação da identidade quilombola, fortalecendo a preservação histórica de um patrimônio cultural que é a cultura quilombola, podendo oferecer novos conhecimentos que podem ser aplicados em outros contextos educacionais, contribuindo para a promoção da diversidade e da igualdade racial em todo o sistema educacional.

Consideramos que este trabalho é de extrema necessidade, pois pretende estudar a representatividade étnico-racial do corpo docente, como um impacto direto de corpos negros, enquanto uma questão relevante na nossa sociedade contemporânea que valoriza a diversidade e busca a igualdade. Vale salientar, que não há problemas de corpos não negros na docência, o problema é quando não temos ou temos pouquíssimos docentes negros/as. Além disso, faz parte da reivindicação dos povos quilombolas que essa representatividade de professores/as seja elemento de reflexão, de política pública educacional e de pesquisa científica. Esse trabalho também se concentra em entender o impacto causado por essa representatividade no contexto de uma escola quilombola.

O impacto na experiência educacional das crianças é um aspecto fundamental a ser considerado, já que a qualidade da educação está relacionada à identificação cultural e a compreensão dos educadores, isso poderá enriquecer o aprendizado e a autoestima das crianças, promovendo assim um ambiente de ensino enriquecedor. As escolas localizadas em comunidades quilombolas atendem a uma comunidade que dispõe de uma rica herança cultural e étnico-racial, então ter um corpo docente originário dessas próprias comunidades desempenha um papel muito importante no fortalecimento da identidade étnico-racial das crianças, além disto a presença de educadores negros e pertencentes da própria comunidade em que a escola

está inserida pode influenciar o currículo escolar e as estratégias pedagógicas, enriquecendo os conteúdos trabalhados em sala de aula tornando-os mais relevantes e inclusivos.

Esta pesquisa pode vir a contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais, vindo a impulsionar a promoção da diversidade no corpo docente e a busca constante pela igualdade na educação. Assim este estudo desempenha um papel importante na promoção da diversidade e inclusão no ambiente educacional.

Acreditamos que os resultados podem fornecer subsídios para uma análise futura aprofundada da importância da representatividade étnico-racial no corpo docente em escolas quilombolas, já que esta é uma área específica pouco discutida na sociedade, este estudo pode ajudar a preencher uma lacuna no entendimento sobre como essa diversidade étnico-racial pode afetar a educação e as comunidades quilombolas. Destacamos que o impacto da diversidade racial no corpo docente no cenário da abordagem curricular e nas estratégias de ensino, fornecem uma base de conhecimentos para ser problematizado em futuros outros estudos.

A escolha deste tema também vem com base na minha experiência pessoal, tendo crescido como uma criança negra de origem quilombola, educada no ambiente rural, durante minha trajetória na educação básica, identifico a escassez de educadores negros e oriundos da própria comunidade em minha sala de aula como um fator relevante que exerceu uma influência significativa sobre minha autoimagem e a percepção que tinha de minha própria identidade racial. Esta pesquisa pode vir a enriquecer o debate acadêmico sobre diversidade racial e equidade na área da educação, pode fornecer informações valiosas para o debate sobre a formulação de políticas educacionais que sejam mais inclusivas, com enfoque nas questões específicas enfrentadas pelas comunidades quilombolas no nosso país.

Nesse intuito, a nossa questão de pesquisa busca responder: **Qual a visão dos/as professores/as sobre a importância da representatividade negra e os impactos com a presença de educadores/as negros/as na construção da identidade cultural, negra e quilombola nos anos iniciais?**

Para esta pesquisa delimitamos como objetivo geral analisar se a presença do educador/a negro/a impacta na construção da identidade cultural, negra e quilombola de forma positiva nos alunos dos anos iniciais em quatro turmas de uma escola localizada em território quilombola.

. E como objetivos específicos temos: traçar o perfil étnico-racial do corpo docente de uma escola quilombola no município de Conde-Pb; identificar práticas educacionais que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola, bem como a consciência étnico-racial das crianças, por educadores/as, independente de seu pertencimento étnico-racial;

descrever percepções dos docentes sobre se as crianças quilombolas possuem uma identidade em relação a presença de professores negros.

Esse estudo é caracterizado por ser uma pesquisa com abordagem qualitativa focalizando um estudo exploratório do tipo estudo de caso, que conforme destacado por Hartley (1994), a abordagem de estudo de caso envolve uma análise minuciosa de uma ou várias entidades organizacionais ou grupos dentro de uma organização. Isso visa fornecer uma compreensão aprofundada do ambiente e dos processos que estão em jogo no fenômeno em questão. A peculiaridade desse método reside no fato de que o fenômeno em análise não é considerado isoladamente, como é comum em pesquisas laboratoriais.

Pelo contrário, o interesse do pesquisador se concentra na interação e interdependência entre o fenômeno em estudo e seu contexto circundante. O estudo de caso é uma abordagem flexível que encontra aplicação em diversas situações. Pode ser utilizado para elucidar relações de causa e efeito em cenários do mundo real que são demasiadamente complexos para serem abordados por meio de experimentos ou coleta de dados convencional. Além de que, ele se presta a descrever contextos reais nos quais intervenções ocorreram, avaliar intervenções em andamento e ajustá-las com base em casos exemplares, bem como explorar cenários em que os resultados de uma intervenção não estão totalmente claros. Gil afirma que o estudo de caso:

é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (Gil, 1999, p. 73).

A minha condição de mulher quilombola nos oferta a condição da organicidade que liga os dois saberes, os saberes de ser sujeito quilombola e do saber acadêmico, neste processo de formação inicial, finalizando este curso de Pedagogia com aprofundamento em educação do campo. Dessa forma, detalhamos a seguir a escolha dos sujeitos e nossos procedimentos éticos, e de coleta e de análise dos dados.

Nossas fontes da pesquisa para a pesquisa bibliográfica: fontes documentais, pesquisamos no repositório do Curso de Pedagogia com aprofundamento em Educação do Campo sobre outras pesquisas em escolas quilombolas com discussões próximas ao nosso tema, defendida nos últimos cinco anos, por considerar um tempo mais recente. Fizemos uma análise no PPP da Escola sobre se há existência de projetos que contribuam para a discussão da representatividade; como o estudo de Ferreira (2018); Nascimento (2020) e Silva (2022).

Os sujeitos da pesquisa foram docentes dos anos iniciais da escola quilombola, buscamos contemplar um mínimo de quatro docentes procurando contemplar gêneros

diferentes e docentes negras/os e não negra. Para os procedimentos éticos informamos aos respondentes do que se tratava a pesquisa e apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para ser assinado pelos docentes, deixando evidente que os nomes serão garantidos o anonimato e que as questões que serão dialogadas terão haver com o único objetivo desta pesquisa, tudo em acordo com a norma 136 do código de ética da instituição.

Sobre as técnicas de coleta e análise dos dados, enviamos para os docentes de quatro séries do ensino fundamental da escola-campo, um questionário pelo formulário do *google forms* para compor posterior descrição e discussão temática.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro capítulos a saber. Neste primeiro trouxe a introdução contemplando as inquietações do estudo, problematização, objetivos e síntese metodológica. O segundo capítulo a fundamentação teórica com síntese histórica e reflexões para a compreensão da educação escolar quilombola, suas Diretrizes Nacionais e similitude/diferenças com a educação do/no campo e o debate sobre a educação das relações étnico-raciais e o debate teórico sobre a representatividade negra. O terceiro capítulo foi estruturado com as análises dos dados, contemplando a caracterização da escola e a discussão dos resultados respondidos no questionário. E, por fim, o capítulo conclusivo desta pesquisa respondendo a nossa questão-problema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 SÍNTESE HISTÓRICA DOS QUILOMBOS NO BRASIL

No século XVI o Brasil foi invadido por europeus dando início a um processo de colonização marcado por inúmeras violências e por um processo de exploração focado no trabalho de pessoas escravizadas e formação de latifúndios com exploração da terra para monoculturas. Pedro Álvares Cabral estabeleceu a soberania de Portugal sobre o Brasil, incentivou a vinda de portugueses para o país e deu início ao processo de colônia de exploração dos recursos naturais no Brasil. O sistema escravocrata brasileiro tentou inicialmente instituir a escravidão com os povos originários tendo enfrentado resistência e guerras travadas com os povos indígenas de diferentes grupos linguísticos com troncos Tupi e Macro Jê. Consta na historiografia oficial que havia cerca de 5 milhões de indígenas no Brasil na fase inicial da invasão europeia no Brasil.

Em seguida, a coroa portuguesa por não conseguir escravizar os povos originários, em que esses resistiram ou foram desaldeiados, e muitos deles assassinados, dizimados em forma de genocídio, foi sendo substituída pela mão de obra de africanos escravizados que foram forçados a virem ao Brasil - assim como em toda a América - por meio do tráfico negreiro, na década de 1550. Inicialmente os colonizadores implementaram um mecanismo de permuta com os povos originários para adquirir a mão de obra necessária, no entanto, progressivamente optaram por instituir o regime de escravidão (Alencastro, 2018).

Ainda consta em livros didáticos uma narrativa historiográfica oficial que a escravidão surgiu como uma solução para suprir a necessidade dos colonizadores portugueses por mão de obra para desempenhar atividades manuais, as quais eles não valorizavam, atividades essas que estavam vinculadas principalmente às lavouras. Em estudos pesquisados por intelectuais negros como a elaboração do historiador e jornalista Clóvis Moura (1992), a obra “Uma história do Negro Brasileiro” escravidão foi refletida como um mecanismo de apropriação do capital e da superexploração do trabalho de africanos e afro-brasileiros para a manutenção de privilégios da elite europeia e, posteriormente, da formação de uma elite branca latifundiária no Brasil.

As rotas do tráfico negreiro ligavam o continente africano ao Brasil, segundo Alencastro (2018) ao longo dos “300 anos de existência dessa prática cerca de 4,8 milhões de africanos foram transportados para o Brasil”, resultando no país com maior número de africanos escravizados ao longo de três séculos em todo o continente americano. Durante esse período, não houve apenas “servidão”, pelo contrário, ocorreram inúmeras manifestações de oposição,

revoltas, levantes e outras formas de resistência negra à escravidão, incluindo fugas, rebeliões, assassinato de alguns dos senhores e a formação de quilombos (Alencastro, 2018, p. x).

Os negros escravizados, resistiram de diferentes formas e por não suportarem mais continuar vivendo sob as circunstâncias desumanas a que eram impostos frequentemente, acabam por optar pela fuga das grandes fazendas dos senhores. Fugas individuais ou coletivas. Eles se dirigiam a regiões afastadas, muitas vezes em meio as matas, almejando encontrar refúgio, ansiando por um ambiente onde pudessem existir de maneira livre e segura. Algumas dessas pessoas empreendiam a fuga por conta própria, contudo era mais comum a decisão de evadir-se em pequenos grupos, em busca de refúgio. Aqueles subjugados pela escravidão que entravam mata a fora se deparavam com outros que, em tempos anteriores, haviam escapado e estabelecido morada entre as florestas, optando por permanecer nesses locais, contribuía para o crescimento e fortalecimento desses refúgios, culminando na formação dos quilombos. Para Silva (2006):

Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito. (SILVA, 2006, p. 6)

Na perspectiva histórica do professor congolês naturalizado brasileiro, Kabengele Munanga (2006) afirma que a palavra “quilombo” vem da etnia bantu, com forte ligação ao idioma kibundo e significa “refúgio” ou “esconderijo militar”. E segundo Clóvis Moura (1959) na obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” é possível observar os quilombos enquanto territórios de uma resistência e de um novo sentido de produção econômica, social, política e cultural, em que Moura nos mostra que “para além de revoltas pontuais, as rebeliões negras sinalizavam a possibilidade de uma sociedade alternativa a imposta pelos colonizadores”.

Os quilombos existiram em toda a América. Muitos foram as comunidades quilombolas que se formaram, segundo o historiador João Reis (2009) mais de 80% da formação dos quilombos foram constituídos a partir das fugas individuais ou coletivas, mas alguns foram formados através da fusão dos menores com outros maiores. Os castigos dos colonialistas ao aprisionarem novamente uma pessoa escravizada que fugia para um quilombo era ainda pior que as violências corriqueiras como chibatadas, a submissão ao tronco e o isolamento sem água e comida na senzala, e por diversas vezes foram esquartejados. Segundo Reis: “A caça ao quilombola e a procura do ouro caminhavam juntas nas expedições feitas ao interior” (1996, p. 19).

São sínteses históricas que apontam muitas violências, físicas, emocionais, espirituais e simbólicas. No entanto, destacamos também sua simbologia histórica da resistência. O maior de todos os quilombos foi o de Palmares, fundado por escravizados fugidos de engenhos de açúcar da região pernambucana que teve em uma mulher, Aquilante, Princesa do Reino do Congo, sua primeira organizadora para um sistema auto sustentável que fez este quilombo sobreviver por um século (1597-1694). Ela teve três filhos, Ganga Zumba, Ganga Zona e Sabina. Sendo que Ganga Zumba foi o Rei eleito por chefes de Mocambos que reinou por mais tempo. Após sua morte foi Zumbi, seu sobrinho, filho de Sabina quem foi eleito rei e resistiu aos muitos ataques impetrados pelos bandeirantes paulistas. Palmares ficava localizado na Serra da Barriga, onde hoje temos o estado de Alagoas, mas na época ficava localizado o território de Pernambuco, onde o governo chegou a prender os filhos de Ganga Zumba e chantagear os Palmarinos. A organização social de Palmares segundo Clóvis Moura (1959) foi uma organização baseada em princípios da auto-organização produtiva. Muitas lacunas e divergências de fontes ainda existem sobre a destruição de Palmares, mas há reservatórios da história oral sobre Palmares nas histórias dos demais quilombos que resistiram ao longo dos séculos.

Estudos recentes ligam uma análise de transição das comunidades quilombolas no pós-escravidão à condição de “camponês livre”, como o estudo de Melo (2010, p. 1) que reflete e teve como objetivo “conceituar quilombos a partir da noção de autonomia, com ênfase na organização da produção, contextualizando comunidades negras no universo do campesinato”.

2.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Durante a história do nosso país, sabemos que inúmeros foram os obstáculos enfrentados pela população negra e mais ainda pelos povos quilombolas. Um desses obstáculos históricos foi a proibição do acesso ao “escravizado” à escola, de acordo com o que preconizava o artigo 6º, a Constituição Federal de 1824. O direito de estudar, de frequentar a escola não era possível para os escravos, escravos livres e até filhos de escravos, logo esse percurso de luta e de busca pela representatividade negra através da educação vem de bastante tempo. Mesmo com a negação do direito a educação para os negros escravizados, eles desenvolveram diversas estratégias de resistência e com isso, durante o período do Brasil Império já se foi possível registrar a existência de escolas informais para os negros.

Santos (2013) menciona o trabalho da antropóloga Irene Maria Ferreira Barbosa, vinculada a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, que discute um desses

registros mais antigos da educação de negros no Brasil, a partir da escola informal, o registro é de uma escola localizada no município de Campinas em São Paulo, que esteve em operação de 1860 a 1876 e era dirigida pelo professor Antônio Cesarino. Ele juntamente com suas irmãs era descendente de um escravo alforriado, que após obter sua liberdade, para que seu filho pudesse estudar comercializou sua manada de mulas.

Antônio Cesarino conseguiu frequentar uma instituição educacional destinada a pessoas brancas, onde ele completou sua formação. Mais tarde ele começou a lecionar, atividade essa que compartilhou com suas irmãs e esposa. Além da escola fundada pelo professor Cesarino, existem também menções de uma escola menos documentada fundada por um homem conhecido como Pretextato³, que é considerada a primeira instituição de ensino para negros no Brasil, essa escola estava localizada no Rio de Janeiro e esteve em atividade de 1853 a 1873 de acordo com a historiadora Adriana Maria Paulo da Silva, em 2002. Pretextato era um homem negro, não se sabe se era filho de escravizados ou libertos, sua alfabetização não se sabe ao certo como ocorreu, mas ele conseguiu através de um processo licitatório à corte Eusébio de Queiroz o funcionamento da sua escola, escola essa que atendia cerca de quinze alunos pobres, que em muitos casos nem sequer tinham sobrenome (Santos, 2013).

Os negros que conseguiram superar os grandes obstáculos para frequentar escolas constituíram um grupo restrito de indivíduos livres ou libertos. De acordo com o decreto 7031, datado de 6 de setembro de 1878, apenas pessoas do sexo masculino livres ou libertos, com mais de 14 anos de idade, saudáveis e vacinados eram elegíveis para matrícula, isso claramente excluía as mulheres negras e os escravizados, visto que para eles era inviável conciliar longas horas de trabalho com o “luxo” de frequentar a escola e conseqüentemente aprender a ler e escrever.

Com o passar de décadas tivemos algumas mudanças e conquistas. Conforme às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012), atualmente nós temos a educação escolar quilombola que se centraliza nas atuais realidades das comunidades quilombolas do nosso país, ela valoriza a comunidade como um espaço educativo, valorizando e respeitando os aspectos ancestrais de cada comunidade. Segundo Carril (2017) a finalidade da educação escolar quilombola é interromper o extenso ciclo de marginalização e exclusão étnico racial que começou com o estabelecimento da sociedade brasileira. Portanto as práticas educativas ancoradas na cultura dos indivíduos, proporcionariam relatos que resgatam

³ Pretextato dos Passos e Silva foi um professor negro que atuou no século XIX e o registro histórico de sua atuação existe a partir de fontes encontradas pela Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte, solicitando aulas para crianças pardas e pretas. Lecionou desde o ano de 1853. Fundou sua escola em 1856 que durou até 1873, ano em que foi despejado por falta de pagamento de aluguel (Santos, 2013).

memórias e trajetórias pessoais capazes de moldar a identidade dos alunos dessas localidades, o conceito de território e a noção de territorialidade são fundamentais para o desenvolvimento de uma abordagem pedagógica.

A discussão sobre a representatividade étnico-racial no corpo docente é algo que vem surgindo aos poucos nos últimos anos, especialmente no contexto das discussões sobre igualdade, diversidade e inclusão, no âmbito escolar a presença de educadores que refletem a diversidade racial da população é fundamental, pois, isso promove a valorização das diferentes culturas e identidades étnicas, além disso, também pode impactar de forma direta na experiência educacional das crianças.

2.3 O RACISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O racismo é uma manifestação de preconceito e discriminação que tem suas raízes em um conceito controverso, que está sujeito a revisão tanto sob uma perspectiva sociológica quanto em relação às suas bases genéticas: a noção de raça. No século XIX entendia-se que a cor da pele e a origem geográfica, ou seja, o lugar de onde veio algum indivíduo, gerava uma diferença de raças. Com o misto de cultura e aspectos físicos, foi estabelecido pelos primeiros antropólogos, uma hierarquia das raças, algo que fortalecia a dominação de povos brancos europeus sobre outras populações não europeias. Sabemos que há diferença entre os termos racismo e preconceito, de acordo com a definição do autor e professor de Sociologia Francisco Porfírio, no artigo “O que é racismo?”, presente no site Brasil Escola, o preconceito é a concepção de um conceito sobre algo sem antes ter conhecimento sobre o preconceito significa o prejulgamento de algo sem, de fato conhecê-lo. A partir do momento que o preconceito é motivado pela cor de pele de alguém, isso passa a ser racismo.

Além disso, o racismo é uma forma de preconceito repugnante, que infelizmente atinge uma enorme parte da população pelo mundo todo. Quanto a origem do racismo, ainda de acordo com Porfírio [s.d.] podemos nos deparar com as origens mais remotas do racismo na história, o continente europeu teve um avanço cultural bastante diferente do de outros continentes pelo mundo, no século XV os europeus deram início a um movimento de expansão marítima que os levou até outros continentes. A interação de europeus com africanos e asiáticos já ocorria, e a maneira de ver os outros povos não brancos e com cultura diferente como inferiores, também.

Segundo Porfírio [s.d.] alguns antropólogos criaram uma teoria, que segundo sua visão havia uma cultura superior e outras culturas inferiores. Dessa forma eles perceberam que também ocorria uma hierarquia das raças, que se era notada pela cultura de cada raça, dessa

forma, com um olhar etnocentrista e eurocentrista, esses antropólogos julgaram como superiores a cultura e a raça europeias, posteriormente nessa escala de hierarquia, vinham a cultura e raça dos orientais, em terceiro lugar estavam os indígenas americanos e em último lugar os negros africanos. Essa teoria foi utilizada durante décadas, para explicar o domínio dos povos brancos sobre outras populações e territórios, além do mais, essa teoria deixou o resquício do racismo que permanece até os dias de hoje na nossa sociedade. Além de que a falta de uma atenção à população negra, após a abolição da escravidão no Brasil, resultou na marginalização dessa população, o estigma da escravidão acompanhado da marginalização das pessoas negras, que por muitas vezes não tinham onde morar nem o que comer, que viviam nos guetos e morros, deu-se na situação de exclusão que conduz ao racismo na sociedade atual, há pesquisas e dados que evidenciam a diferença racial no Brasil, pessoas pretas, pardas e indígenas são excluídos de participar de forma efetiva em espaços públicos.

A educação básica exerce um papel de extrema importância no processo de formação das crianças, ela molda as visões de mundo e de identidade desde os primeiros anos de vida das crianças. Entretanto, o racismo continua a ser uma questão contínua em vários sistemas educacionais no país, principalmente o ambiente da educação básica. Esse obstáculo se mostra de diferentes maneiras, primeiro há a falta de representatividade, a falta de materiais didáticos, brinquedos, livros e educadores que representem a diversidade étnica e cultural da sociedade pode propagar para as crianças a visão de que apenas uma perspectiva é válida. Essa situação pode fortalecer os estereótipos prejudiciais e induzir crianças de grupos minoritários a se sentirem excluídos ou invisíveis.

Além disso a discriminação de forma sutil por parte de educadores e funcionários da escola é uma questão que gera preocupação, muitas vezes de forma não intencional algumas crianças negras podem ser tratadas de maneira desigual, e isso pode resultar em uma exclusão, que pode vir a afetar negativamente o desenvolvimento desta criança. Para Cavalleiro (2000):

Promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações. A prevenção de práticas discriminatórias, penso, requer um trabalho sistemático de reconhecimento precoce da diversidade étnica e dos possíveis problemas que o preconceito e a discriminação acarretam em solo brasileiro, desde a educação infantil- familiar e escolar. Tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças num período em que elas se encontram muito sensíveis às influências externas, cujas marcas podem

determinar sérias consequências para a vida adulta. (Cavalleiro, 2000, p.38)

Outra questão que causa preocupação é o currículo etnocêntrico, que está centralizado principalmente na história e cultura de um grupo étnico específico, e acaba esquecendo outras perspectivas. Isso acaba privando as crianças da possibilidade de aprender sobre a diversidade presente na nossa sociedade, mas também perdura a ideia de superioridade de determinados grupos e culturas. Para batalhar contra o racismo na educação básica, é fundamental assumir medidas proativas, levar a promoção da inclusão e representatividade através de materiais didáticos, brinquedos, literatura, e principalmente com um quadro funcionários, professores, gestores, funcionários no geral que reflitam a diversidade étnica da sociedade. Incentivar desde cedo o diálogo sobre diversidade e respeito em sala de aula pode colaborar para que as crianças possam compreender a importância de tratar todos com total igualdade. Para Silva (1995), como educadores, é importante estar cientes das variadas influências da diversidade que se manifestam nas diversas áreas do conhecimento e no currículo como um todo, deve-se reconhecer a diversidade nos métodos de produção e na seleção do conhecimento que é ensinado na escola. Silva (1995) ainda adverte que:

[...]as narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânones, as de outros são desvalorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares de gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo desses eixos (de autoridade) (Silva, 1995, p. 195).

É de extrema importância que os educadores tenham um olhar atento para situações de racismo presentes na educação básica, pois, essas situações podem causar impactos profundos e duradouros na criança, as crianças negras muitas vezes acabam desenvolvendo uma imagem negativa de si mesmos, e isso pode prejudicar seu desempenho escolar e seu bem-estar emocional, isso pode ser prejudicial para o desenvolvimento das crianças negras, já que:

[...] imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, exclui, sub-

representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a ideia de universidade da cidadania (Rocha, 2011, p.36).

É de extrema importância combater o racismo na educação básica, essa reprodução de estereótipos e discriminação racial pode vir a ser prejudicial não só para o desempenho de aprendizado, mas também a saúde emocional e o desenvolvimento da identidade negra das crianças. O âmbito educacional deve ser um espaço de respeito e igualdade entre alunos, professores gestores e cada um envolto no ambiente escolar, propiciando o reconhecimento e valorizando a diversidade racial, vindo a contribuir para uma sociedade justa e inclusiva.

2.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DIÁLOGO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A Educação do Campo é a educação formal ofertada à população do campo, com seus processos educacionais postos conforme a realidade dos sujeitos que integram o campo. A educação do campo ergue-se a partir da preocupação dos movimentos sociais em proporcionar processos educacionais para o firmamento dos princípios, valores e dos modos de viver e ser daqueles sujeitos que integram o campo. Inicialmente no Brasil, enquanto ainda colônia de exportação, a educação não era prioridade, logo os sujeitos envolvidos nas atividades agrícolas não tinham nenhuma política educacional ao seu favor, a ideia desta época é que não se fazia necessário saber ler e escrever já que esses sujeitos lidariam apenas com a terra, essa visão perpassou por muitos anos tornando a educação algo inacessível para uma boa parte da população do campo, já que até o século XX a escola servia apenas para atender a elite brasileira. De acordo com Breitenbach (2011) com o processo de industrialização e urbanização que ocorreu no país, a educação passou a ter mais importância, fazendo assim com que os indivíduos da zona rural vissem a educação como uma oportunidade para a mudança social, onde não necessitariam mais trabalhar de forma braçal e tão desgastante nas atividades agrícolas, mas ainda assim, a educação do campo era deixada de lado e não tinha a devida atenção necessária para progredir.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, houve um nítido avanço em relação à educação do campo proporcionando melhorias como: currículos e metodologias que sejam adequadas aos interesses dos alunos do campo; organização escolar própria, com adaptações do calendário escolar as condições climáticas e as fases do ciclo agrícola e adequação à natureza do trabalho da zona rural. Essa adaptação continua, com a

junção entre a educação escolar, as práticas sociais e o trabalho que é um dos princípios do ensino; também deve existir adaptações no calendário escolar, este deve ser ajustado as particularidades locais, econômicas, climáticas, mas essas adaptações não devem interferir no número de horas letivas.

A gestão educacional, seja ela do setor municipal, estadual ou escolar, a partir dos indicadores da LDBEN, passou a levar em consideração os aspectos relacionados à realidade do povo para o qual se destina a construção dessas políticas educacionais, planejando assim a junção do ensino escolar com as práticas sociais, essa lei foi um avanço, levando em consideração as diferenças de cada região, isso alavancou o processo de autonomia dos sistemas educacionais. Mas, para que essa conjuntura viesse a ser bem-sucedida na prática, era necessária uma conduta que entendesse a comunidade junto com o trabalho como algo desafiador, que deveria ser visto como algo que trouxesse melhorias para a gestão dos sistemas de ensino e do trabalho docente, e não que fosse entendido como um contratempo. Sobre essa autonomia dos sistemas educacionais podemos afirmar que:

Essa autonomia delegada à organização da educação escolar possibilitou que os sujeitos sociais do campo, que tiveram seu direito à educação negligenciado por muito tempo, passassem a ter a oportunidade de requerer políticas educacionais específicas a sua cultura, a seu trabalho e as suas lutas. Lutas que não têm apenas uma razão, mas vários objetivos: terra, saúde, respeito, dignidade, valorização dos produtos – alimentos que estão em nossa mesa todos os dias – e também educação de qualidade, educação no e do campo. (Breitenbach, 2011, p.119).

Em meio aos movimentos sociais do campo desde as Ligas Camponesas na década de 1950 passando pelo Sindicalismo Rural e mais estritamente nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se conquistou muito para as escolas no campo. O MST idealizou e impulsionou às escolas itinerantes que eram/são escolas que procuravam fixar metodologias distintas e adequadas aos interesses das lutas dos povos do campo. Mas, as escolas itinerantes foram proibidas de continuar, pois, apontavam que essas escolas eram politizadas e que poderiam acabar formando um ato antidemocrático. Para muitos não é difícil apresentar um motivo para tal pensamento, já que as escolas itinerantes tinham seus alicerces firmados nas propostas pedagógicas nas ideias de Paulo Freire, assumindo assim a posição de oprimido, com o pensamento de que não seria natural “poucas pessoas viverem com muito, e muitas pessoas viverem com tão pouco” isso acabava sendo interpretado como uma ameaça social, levando assim ao fim das escolas itinerantes.

Os povos da zona rural levaram sua luta por uma educação do e no campo adiante, em 1998 houve a “I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo”, os sujeitos da zona rural desejavam uma educação que visasse a formação humana dentro das especificidades sociais desses indivíduos.

Uma das mais recentes modificações na LDB deste ano de 2024 vai ser um novo capítulo sobre as escolas no campo. Inúmeras lutas ocorreram até que se teve o primeiro Encontro Nacional de Luta por Reforma Agrária e a conquista das Diretrizes Operacionais em 2002. Vale ressaltar que o decreto 7.352 de 2010 define o que vem a ser a escola do campo, como sendo àquela em que os sujeitos do campo (agricultores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, povos das florestas, quebradeiras de coco, pescadores etc) esteja localizada na zona rural ou localizada na zona urbana, porém com um número de atendimento grande aos estudantes oriundos da zona rural.

As comunidades do campo que são quilombolas trazem toda uma historicidade, uma jornada cultural importantíssima e que muitas vezes não chega aos alunos quilombolas da forma correta, muitas crianças que são de comunidade quilombola localizadas no campo, não tem conhecimento de suas origens nem da história de sua comunidade, levar isso para sala de aula é de extrema importância, estudar à fundo os aspectos culturais da comunidade, a partir de vivências dos alunos, dos seus conhecimentos prévio de sua comunidade mutuamente com as explorações em sala de aula durante as aulas.

A diversidade racial no corpo docente na educação do campo é um tema que vem ganhando visibilidade no cenário educacional contemporâneo. Este tópico envolve questões de representatividade, equidade e inclusão, que podem vir a impactar a experiência de aprendizado das crianças na educação básica e ensino fundamental, nesta temática pode-se discutir sobre os benefícios, desafios e os caminhos dessa representatividade no ambiente escolar. Uma pessoa do campo precisa de referências positivas com origem de classe, gênero e pertencimento étnico-racial que também tenham advindo desses lugares. E crianças quilombolas sentem essa necessidade de terem referências negras na escola, em especial, professoras e professores negros/as, dentro de um corpo docente diverso, o que muitas vezes não ocorre.

Essa diversidade racial entre educadores pode refletir a realidade multicultural da nossa sociedade, onde as crianças negras podem se sentir mais representadas e valorizadas no âmbito escolar, essa diversidade pode vir a enriquecer o ambiente escolar, levando perspectivas variadas e conhecimentos diversos, é importante analisarmos se essa interação com educadores negros e oriundos da comunidade onde a escola está inserida, contribui para o desenvolvimento

de habilidades socioemocionais, do reconhecimento enquanto crianças negras e no desenvolvimento do aprendizado. É importante olharmos para essa questão, pois:

As experiências de vida de Professoras Negras, atuantes na Educação Infantil, inevitavelmente se interseccionam com seu fazer pedagógico. E tal fato pode propiciar às crianças, que se encontram no início da escolarização, a ampliação dos seus convívios sociais com vivências qualitativas no trato com as diferenças. Nesse sentido, torna-se possível promover a educação antirracista (Duarte, Nunes, 2021, p. 200).

Infelizmente, a representatividade racial entre educadores ainda é uma realidade distante em muitos lugares, os obstáculos para a diversificação da força de trabalho educacional incluem a escassez de oportunidades de formação para professores negros bem como a persistência dos estereótipos e preconceitos que limitam as oportunidades para esses educadores.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola escolhida para a realização desta pesquisa foi a E.M.E.I.E.F José Albino Pimentel que está localizada na Comunidade Quilombola de Gurugi há oito (08) quilômetros da cidade sede do município de Conde, denominada pelo mesmo nome. Trata-se de um território que também é área de assentamento e que segundo os mais antigos já teve inúmeros conflitos, inclusive uma tragédia que vitimou duas lideranças Zé de Léla e D. Bila, quilombolas, assassinados por fazendeiros locais na década de 1980. Os mais velhos contam que a formação deste quilombo se deu pela união de uma mulher vinda de Palmares e de um indígena Tabajara. Mãe Bu e Pai Bô.

Para acessar esta comunidade, é possível utilizar a rodovia PB-008, que conecta a capital do estado, João Pessoa, aos municípios da Zona da Mata e ao Litoral Sul do estado da Paraíba. Além disso, a PB-018 também oferece acesso, ligando diretamente à cidade sede do município de Conde. Ambas as rodovias proporcionam uma rota conveniente para os visitantes e residentes da região. A escola está inserida numa realidade campesina, atendendo estudantes da comunidade Gurugi/Ipiranga e adjacências. A maioria das crianças, alunos e alunas da escola são pertencentes a famílias de assentados, quilombolas, indígenas e agricultores, cujo poder aquisitivo é uma renda inferior ou aproximadamente a um salário-mínimo. Algumas dessas famílias vivem com a ajuda de auxílios como o bolsa família ou com a ajuda de outras entidades sociais.

A E.M.E.I.E.F José Albino Pimentel carrega este nome em homenagem ao proprietário das terras de Gurugi, um latifundiário prospero da localidade que possuía a maioria das terras, escolha essa realizada pelo poder público municipal. A instituição de ensino foi fundada em 1979, durante o governo do Dr. Wilson Leite Braga, naquela época, o professor José Jackson Carneiro de Carvalho exercia o cargo de Secretário de Educação e o município do Conde era administrado pelo prefeito Aluísio Vinagre Régis. A construção da escola foi possível graças a um convênio entre o BIRD-SEME e a Prefeitura Municipal. A estrutura e organização da escola contam a história que é criada dentro de suas paredes. Proporcionar um espaço propício que favoreça o aprendizado significativo é um desafio constante, sobretudo nas escolas públicas, embora a arquitetura da E.M.E.I.E.F José Albino Pimentel não seja completamente adequada para as atividades educacionais planejadas, essas restrições não têm limitado a capacidade da

escola de oferecer experiências de aprendizagem ricas, nem seu potencial para inovação e criatividade, mantendo-se como um local de socialização e convivência. A escola conta com 6 salas de aula, 1 secretaria, 1 sala AEE, 2 almoxarifados, 1 banheiro para professores, 2 banheiros para os alunos, 1 sala de cinema, 1 brinquedoteca e 1 refeitório, todos esses espaços encontram-se necessitados de alguns reparos, a escola recebe alunos nos dois turnos, manhã e tarde.

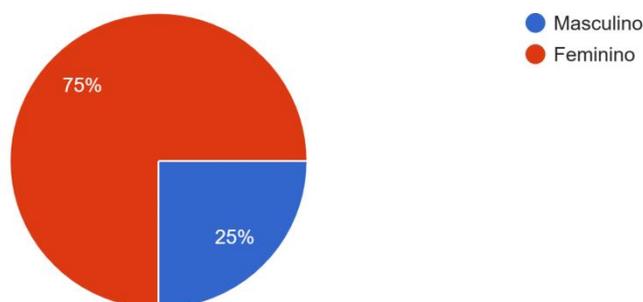
De acordo com o Projeto Político Pedagógico da E.M.E.I.E.F, a escola tem como objetivo geral oferecer uma educação de qualidade que potencialize as capacidades cognitivas, afetivas, socioemocional e social, considerando os saberes e fazeres do campo, essenciais para a construção de uma sociedade democrática, autônoma, ética, inclusiva, sustentável e fraterna. A escola organiza seu tempo escolar de forma seriada, onde o saber construído ao longo do tempo é ensinado de maneira ordenada, isso ocorre através de campos de estudos vinculadas aos segmentos Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos iniciais (1º ao 5º), organizados nos turnos manhã e tarde: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Sala AEE-Atendimento Educacional Especializado, contemplando as práticas pedagógicas: Escola Experimental de Cinema; Virada Educação; Educação Emocional para os alunos do Ensino Fundamental e a Sala AEE – Atendimento Educacional Especializado. A escola funciona nos turnos manhã: 7hs às 11hs e tarde: 13hs às 17hs, tempo em que realiza todas as atividades e práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar.

3.3 DIÁLOGO COM A COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE E A IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA QUILOMBOLA ANÁLISE DOS DADOS

Ao iniciarmos o diálogo com os docentes da EMEIEF José Albino Pimentel, primeiramente, traçamos um perfil social dos docentes quanto ao gênero, procedência geográfica e pertencimento étnico-racial. Nesse sentido, podemos observar no primeiro gráfico que a maioria dos docentes desta escola são mulheres.

Gênero/Sexo

4 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Com as respostas dos professores podemos observar que existe uma maioria feminina presente em sala de aula, o que nos leva à questão da feminização do magistério.

A chamada feminização do magistério é um fenômeno que tem se manifestado em escala global ao longo da história. Esse processo está intrinsecamente ligado a mudanças nas relações econômicas e patriarcais, as quais moldam a própria concepção e papel do magistério. (Apple, 1995; Araújo, 1990; Nóvoa, 1989; Williams, 1997; Zaidman, 1986).

Segundo Faria Filho e Vidal (2000), no nosso país, a significativa representação feminina no magistério do ensino primário está relacionada a um processo histórico que começou no século XIX com as escolas improvisadas, independentes do Estado. Esse fenômeno se intensificou com a criação das escolas seriadas após a República e o gradual aumento das escolas públicas ao longo do século XX. Para as autoras Vianna e Yannoulas:

Essa característica se mantém ao longo dos séculos XX e XXI, acompanhada de intensas alterações econômicas, demográficas, sociais, culturais e políticas. A configuração desse processo que culmina com a constatação de uma maioria absoluta de mulheres no magistério na década de 1990 relaciona-se, ainda que indiretamente, com a dinâmica do mercado de trabalho e, nela a divisão sexual do trabalho e a configuração das chamadas profissões femininas. (VIANNA; YANNOULAS, 2013, p. 165)

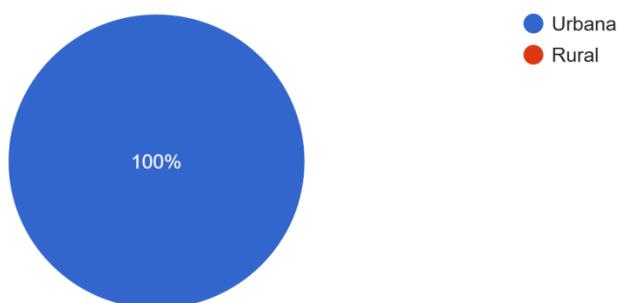
Atualmente, a profissão ainda é predominantemente feminina, mas houve algumas mudanças nessa composição. Em 1990, 90% dos estudantes concluintes na área da Educação eram mulheres, no entanto, uma década depois, em 2009, observamos uma queda nesse percentual feminino, chegando a 73,8% de concluintes (BRASIL, MEC/INEP, 2009).

Esse fato encontra-se refletido nesta pesquisa, onde maioria dos educadores desta escola são mulheres.

Ainda na etapa de traçar o perfil dos respondentes, a pergunta seguinte foi sobre a precedência geográfica de cada professor, inicialmente foi questionado a origem de cada um, se eles são da zona urbana ou da zona rural e posteriormente se eles residem na comunidade: Nos gráficos seguintes podemos observar que todos os professores são da zona urbana, nenhum deles reside na comunidade quilombola:

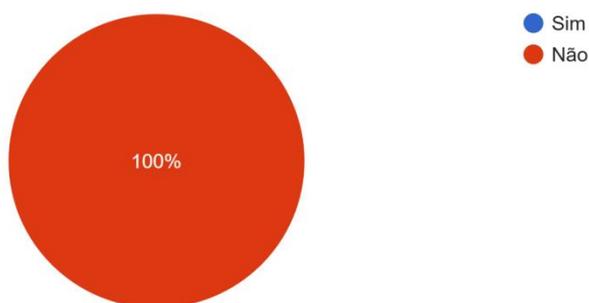
Origem

4 respostas



Você mora na comunidade?

4 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Isso nos traz à tona novamente a questão da importância de os professores serem oriundos da própria comunidade, a participação de professores que também fazem parte das comunidades quilombolas assume um papel crucial. Esses educadores têm a capacidade de atuar como modelos e oferecer uma compreensão profundamente enraizada das tradições culturais e das experiências de vida dessas comunidades. Como resultado, a presença desses docentes pode fortalecer a identidade étnico-racial das crianças quilombolas, promovendo um

sentimento de pertencimento e valorização de suas raízes culturais. É fundamental reconhecer o impacto positivo que esses educadores podem ter na formação e no desenvolvimento dessas crianças, contribuindo para uma educação mais inclusiva e significativa.

Partindo desta análise retomamos a questão abordada no início deste trabalho, sobre as escolas localizadas em comunidades quilombolas desempenharem um papel extremamente importante na preservação e fortalecimento da identidade étnico-racial das crianças, pois essas comunidades possuem uma rica herança cultural, e ter um corpo docente composto por educadores originários dessas comunidades seria fundamental. A presença de educadores pertencentes à comunidade local poderia enriquecer o ambiente educacional, pois esses profissionais poderiam trazer consigo vivências, histórias e conhecimentos que vão além dos livros didáticos, além disso, a influência desses educadores poderia se estender ao currículo escolar e às estratégias pedagógicas, eles poderiam incorporar os conteúdos relevantes para a realidade das crianças, como a história e a cultura quilombola, levando para a sala de aula suas reais vivências enquanto quilombolas. Em suma, a presença de um corpo docente que valoriza, entende e respeita as raízes culturais da comunidade, poderia contribuir para uma educação mais completa e que empodere as crianças. A seguir continuamos com os dados que mostram esse distanciamento do corpo docente com a comunidade, já que nenhum dos educadores é natural do município onde está localizada a comunidade quilombola do campo.

A pergunta seguinte foi sobre a naturalidade dos respondentes, no quadro abaixo podemos ver que nenhum deles é natural do município de Conde, onde está localizada a comunidade quilombola de Gurugi onde está situada a EMEIEF José Albino Pimentel. Com a análise do gráfico anterior e do quadro a seguir, podemos perceber que nenhum dos professores vem de uma realidade do campo, nenhum deles tem a vivência que os seus alunos têm.

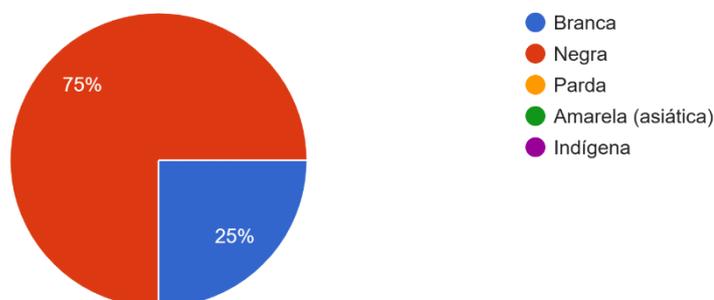
Quadro 1 – Perfil social - Naturalidade

P1 - Mari - PB
P2 - João Pessoa - PB
P3 - Petrópolis - RJ
P4 - Itambê

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Já sobre o pertencimento étnico-racial, podemos observar no próximo gráfico:

Raça / Etnia
4 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

A maioria dos educadores que participaram desta pesquisa se autodeclaram negros. É importante a presença de educadores negros em sala de aula, a diversidade racial no corpo docente, pois, em um estudo conduzido por Cavalleiro (2000), com o objetivo de investigar a situação da população negra no sistema educacional, foi observado que crianças negras entre quatro e seis anos de idade já manifestavam uma identidade negativa em relação ao seu grupo étnico. Esse tratamento discriminatório muitas vezes se torna visível por parte das crianças brancas, que desde cedo demonstram um sentimento de superioridade, resultando em comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias. Essas atitudes incluem xingamentos e ofensas direcionadas às crianças negras, associando características negativas à cor da pele. É fundamental abordar essas questões desde a infância, promovendo a conscientização e a valorização da diversidade para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O âmbito escolar, é um dos locais onde as crianças têm seus primeiros contatos sociais, suas primeiras interações com a sociedade. Esses ambientes educacionais podem muitas vezes estar caracterizados pela cultura das pessoas brancas, onde uma criança negra não se verá representada, pois, é crucial destacar que desde cedo as crianças formam sua identidade sociocultural, essa etapa de criação é efetivada a partir dos lugares que a criança frequenta e das experiências que ela vivencia cotidianamente. Desta forma o âmbito escolar que a criança frequenta pode exercer influência e representatividade nessa construção de identidade. Cavalleiro (1999) afirma que:

A socialização torna possível à criança a compreensão do mundo, por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade. Nesse início de vida a família e a escola serão os mediadores primordiais, apresentando/significando o mundo social (CAVALLEIRO, 1999, p. 40).

A discussão sobre professores negros é importante para a promoção de uma educação antirracista e inclusiva. Muitos professores acabam por não ter uma formação adequada para tratar com a diversidade que encontram nas salas de aula e as situações de discriminação que resultam dessa diversidade, isso pode interferir no processo de formação cidadã da criança. Educadores negros e quilombolas em sala de aula se tornam referências importantes para alunos negros, que sofrem com a discriminação, que são descredibilizados na sociedade.

Em relação a faixa etária dos docentes, podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 2 – Faixa etária

Professor A: 55
Professor B: 49
Professor C: 40
Professor D: 54

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

A pergunta seguinte foi sobre a formação dos docentes, no quadro abaixo podemos observar que nenhum dos educadores tem formação na área de aprofundamento na educação do campo:

Quadro 3 - Qual a sua Formação?

Professor A: PEDAGOGIA/PSICOPEDAGOGIA
Professor B: Pós-graduação
Professor C: Pedagogia - UFPB
Professor D: Pedagogia

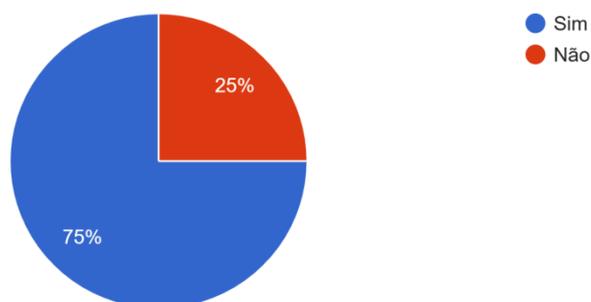
Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Nesta segunda parte da pesquisa, será analisado o olhar dos professores sobre suas experiências em sala de aula e se suas práticas pedagógicas influenciam na construção da identidade das crianças em sala de aula. Nesta etapa a pergunta inicial foi se os professores já haviam presenciado algum tipo de preconceito ou discriminação racial no ambiente escolar, no

gráfico e no quadro abaixo podemos analisar que a maioria dos educadores já presenciou algum tipo de preconceito no espaço escolar e relataram um pouco sobre:

Já presenciou algum tipo de preconceito racial no ambiente escolar?

4 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Aqui percebemos que o preconceito racial está muito presente no ambiente escolar. E o quadro abaixo completa esta informação:

Se sim, poderia relatar:

Quadro 4 – Relatos sobre preconceito racial no ambiente escolar

Professor A: O colega da turma da sala chamando o outro de cabelo de bombril, sua feia
Professor B: Entre as próprias crianças através de tratamentos depreciativos, como cabelo de bucha ou de bombril, e outras situações bem parecidas com esse exemplo.
Professor C: Referente a cor, por ocupar um espaço que até então é ocupado por mulher.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Ao analisar as respostas dos professores A e B, podemos observar que é presente no âmbito escolar as situações de preconceito e discriminação racial entre as crianças, e os professores presenciam essas situações no cotidiano escolar. Segundo Cavalleiro (2000) essas situações discriminatórias podem ser visíveis por parte de crianças brancas, desde cedo, é possível observar um sentimento de superioridade que se manifesta em comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias. Isso inclui xingamentos e ofensas direcionadas a crianças negras, associando negativamente a cor da pele.

Esse tipo de situação, algumas vezes, é ignorado pelos educadores em sala de aula, em algumas vezes não há interferência por parte deles que opta por não perceber essas situações. De acordo com Cavalleiro (2000, p.10), -[...] talvez por não saberem lidar com tal problema,

preferiram o silêncio. Não foi questionado aos professores que participaram dessa pesquisa se eles interferiram nessas situações de discriminação racial que presenciaram no espaço escolar. Partindo do apontamento de Cavalleiro, concluímos que a atitude de alguns professores em relação às crianças negras pode vir a refletir uma postura omissa perante essa problemática que se encontra presente no âmbito escolar. Essa postura, de certa forma, contribui para a manutenção dessa situação opressora e, conseqüentemente, para o agravamento das manifestações discriminatórias. É essencial que os educadores estejam cientes dessas questões e adotem uma abordagem mais consciente e ativa para promover a igualdade e combater o preconceito racial.

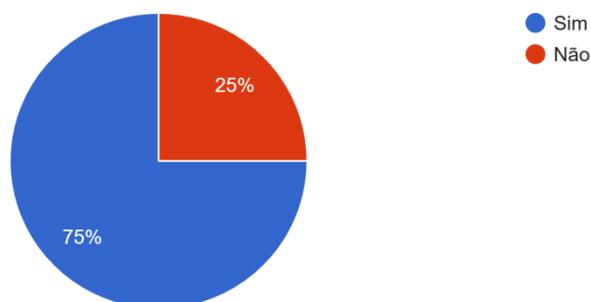
Podemos observar a semelhança nas respostas do professor A e professor B, quando relatam situações de discriminação e xingamentos direcionados as crianças por causa de seus cabelos, crianças negras de cabelos cacheados e principalmente de cabelos crespos sofrem com o preconceito das pessoas direcionado as suas curvaturas de cabelo. Isto está claro, pois, os dois professores relatam o mesmo xingamento em ambas as situações que presenciaram, infelizmente o xingamento “cabelo de bombril” é usado para ridicularizar e inferiorizar as crianças de cabelos cacheados e crespos, onde as pessoas que proferem esse xingamento julgam um cabelo crespo como “ruim” e um cabelo liso ou ondulado seria visto como um cabelo “bom”. Esse tipo de situação pode ter conseqüências graves e prejudiciais para a autoestima e desenvolvimento emocional das crianças. Pode afetar a autoestima e identidade da criança, fazendo com que ela se sinta inadequada ou inferior as outras crianças de cabelo liso, a criança pode internalizar esses comentários preconceituosos e passar a acreditar que seu cabelo é “feio” ou “ruim”. Além disso, a criança pode associar a sua identidade racial com aspectos negativos, e vir a se afastar de sua cultura e comunidade.

Na pergunta seguinte será analisado que os professores também passaram por esse tipo de situação e isso pode ser uma forma do professor identificar de forma rápida este tipo de situação em sala de aula e intervir nessas situações para que elas não se repitam.

No gráfico abaixo podemos observar que a maioria dos professores já sofreu alguma situação de preconceito racial ou discriminação:

Você já sofreu alguma situação de preconceito racial ou discriminação?

4 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Isso reflete a realidade no nosso país, o racismo estrutural enraizado na nossa sociedade. Como abordado no início deste trabalho o racismo é uma manifestação complexa de preconceito e discriminação que tem raízes profundas em nossa sociedade. O racismo se origina de um conceito controverso, sujeito a revisões tanto do ponto sociológico quanto em relação às suas bases genéticas: a noção de raça. No século XIX, acreditava-se que a cor de pele e o lugar de onde uma pessoa vinha estabelecia diferenças entre as raças. Na atualidade é de conhecimento geral que a raça é uma construção social e não uma realidade biológica, há uma diversidade de etnias, histórias, culturas e contextos que moldam nossas identidades. O racismo, portanto, não é apenas uma questão individual, mas também sistêmica, ele se manifesta em instituições, políticas e atitudes do cotidiano social.

A maioria desses professores, assim como milhares de outras pessoas sofreram ou sofrem com situações de discriminação racial e preconceito no nosso país, isto não deve ser refletido no espaço escolar. Os educadores que já vivenciaram algum tipo de discriminação, devem ter o olhar mais aprofundado sobre estas questões e se atentar as possíveis situações de racismo em sala de aula com as crianças, para intervir, as crianças estão em constante processo de socialização e aprendizado, então esses educadores têm como função mediar o contato das crianças com essas questões sociais, para contribuir para o processo de formação da criança.

Assim como as crianças sofrem com as discriminações raciais no espaço escolar, os educadores enquanto adultos também vivenciam ocorridos de mesma natureza, isso pode nos levar a pensar sobre o processo de reprodução. As crianças absorvem o mundo a sua volta e reproduzem o que veem, infelizmente isso inclui comportamentos e atitudes negativas, como a discriminação racial e preconceito. Os adultos executam esses comportamentos racistas e

consequentemente as crianças que estão a sua volta, ouvem e por fim reproduzem esses comportamentos.

No quadro abaixo é possível analisar as respostas dos professores sobre como eles se sentem em relação ao papel deles na promoção da diversidade e inclusão na comunidade escolar:

Quadro 5 - Como você se sente em relação ao seu papel na promoção da diversidade e inclusão na comunidade escolar?

Professor A: Sinto que tenho grande influência através da minha prática no desenvolvimento para alcançar esse objetivo.
Professor B: Acredito que contribuo para a formação cidadã, consciente e respeitosa para a diversidade e inclusão na comunidade
Professor C: Sinto-me corresponsável. Tenho plena consciência do meu papel enquanto docente para uma educação com vistas a diversidade e a inclusão.
Professor D: Somos formadores de opiniões com bastante respeito e responsabilidade pelo papel que exercemos como cidadão e diante do processo de ensino/aprendizado.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Neste quadro podemos observar que as respostas dos professores são semelhantes, há pontos parecidos. Partindo das respostas dos educadores é possível perceber que todos eles têm plena consciência do seu papel como mediador em sala de aula, e de sua influência no processo de formação de cada criança presente no espaço escolar.

Os educadores parecem estar comprometidos com a promoção de valores sociais positivos, a diversidade e a inclusão na comunidade escolar. Os professores entendem que sua atuação transcende os muros da sala de aula, que cada educador carrega consigo a responsabilidade de moldar mentes, de mediar conhecimentos, de contribuir para a formação de cidadãos e para uma sociedade mais justa e inclusiva.

O papel ativo do professor na formação dos alunos é reconhecido, utilizando sua prática pedagógica como ferramenta para promover mudanças positivas em sala de aula. Esses educadores enfatizam a importância da conscientização e do respeito mútuo, vendo suas jornadas em sala de aula como uma oportunidade de cultivar cidadãos críticos e empáticos. Além disso, o foco está na corresponsabilidade, reconhecendo que a promoção da diversidade e inclusão não é tarefa exclusiva da escola, mas sim uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade educacional. O impacto das palavras e ações dos professores como formadores de opinião é destacado, enfatizando a necessidade de agir com responsabilidade e

respeito. Partindo da noção dos educadores do seu papel na promoção da diversidade e inclusão na comunidade escolar, no próximo quadro veremos as práticas educacionais dos professores em sala de aula que possa promover essa diversidade e inclusão através dessas práticas educacionais.

No quadro seguinte podemos visualizar as respostas dos professores sobre suas práticas educacionais que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola.

Quadro 6 - Práticas educacionais que promovem a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola

Professor A: Realizar leituras e atividades que possam despertar nas crianças o sentimento da importância da sua ancestralidade e na sua história familiar.
Professor B: Contos de literatura voltados para a valorização da cultura negra, discussões e visibilidade sobre os saberes da comunidade, costumes, crenças, danças entre outros
Professor C: O reconhecimento da legislação educacional para essas comunidades, compreensão por parte dos gestores em todas as esferas; a construção dos conhecimentos a partir da realidade dos educandos, valorização da cultura e saberes quilombolas pela escola e uso de materiais didáticos relacionados a comunidades quilombolas.
Professor D: Promovendo discussões sobre a atualidade, sobre o território em que os alunos estão situados.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

As respostas dos professores compartilham um foco comum: a valorização da cultura, história e identidade da comunidade da qual os alunos estão inseridos. A educação é uma ferramenta muito poderosa para promover a compreensão, a inclusão e o respeito pelas diversas culturas presentes em nossa sociedade. Quando se trata das comunidades quilombolas, é essencial que os educadores adotem abordagens que vão além do currículo tradicional, reconhecendo a riqueza de suas histórias e saberes.

O professor A destaca a importância de atividades que conectem as crianças à sua ancestralidade e história familiar, essa abordagem permite que os alunos se vejam como parte de uma linhagem, compreendendo como suas raízes moldaram quem são hoje. Ao explorar narrativas familiares e tradições, os estudantes podem desenvolver um senso de pertencimento e orgulho. Podemos observar na resposta do professor B que é proposto o uso de contos de literatura que valorizem a cultura negra. Essas histórias não apenas ensinam sobre a história e os costumes, mas também oferecem representação e visibilidade. Ao ler sobre personagens negros e suas jornadas, os alunos podem se identificar e apreciar a diversidade de experiências. Já o professor C é um pouco mais técnico, pois, destaca a importância de reconhecer a legislação educacional relacionada às comunidades quilombolas. Além disso, ele enfatiza a

construção do conhecimento a partir da realidade dos educandos. Isso significa incorporar vivências e perspectivas dessas comunidades no currículo, bem como utilizar materiais didáticos específicos que reflitam suas culturas e saberes. O Professor D propõe discussões sobre a atualidade e o território em que os alunos estão situados. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam como questões sociais, geográficas e históricas afetam suas vidas. Ao contextualizar o aprendizado, os educadores podem criar conexões significativas entre o conteúdo curricular e a realidade dos alunos.

Em conjunto, as abordagens dos educadores que participaram desta pesquisa destacam a necessidade de uma educação que vá além dos livros didáticos e explore as riquezas culturais presentes nas salas de aula. Valorizar a ancestralidade, promover a visibilidade e contextualizar o conhecimento são passos essenciais para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Os educadores compreendem que tem a responsabilidade de cultivar o respeito, a empatia e a compreensão mútua no espaço escolar, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e celebradas.

Esse entendimento dos educadores sobre as práticas educacionais voltadas para história, ancestralidade, e cultura da comunidade mostra a compreensão da necessidade dessas abordagens. Mas no próximo quadro podemos analisar a realidade desses educadores em sala de aula.

Neste quadro temos as respostas dos professores sobre os alunos negros se verem representados nos conteúdos, atividades e abordagens em sala de aula. Podemos analisar a realidade se esses alunos conseguem se ver representados no cotidiano do ambiente escolar.

Quadro 7 - Você acredita que os alunos negros se veem representados nos conteúdos, atividades e abordagens propostas em sala de aula?

Professor A: Não em relação ao sistema e aos livros didáticos. Depende muito do olhar e a importância dada pelo professor na escolha de suas práticas e teorias que influenciam no desenvolvimento de aprendizagem dos alunos/alunas.
Professor B: Em algumas atividades
Professor C: Não. Infelizmente, estamos sempre nos exemplos de subalternizados e minimizados na cultura e saberes. Nas atividades e propostas de aula, seguimos, na maioria das vezes, uma forma colonizadora de educar, colocando como prioridade os saberes de fora dos quilombos.
Professor D: Não, a não ser que o docente conhecedor do território que se encontra faça a ponte.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

É unanime nas respostas dos educadores que os alunos não se veem representados nas atividades, conteúdos e abordagens propostas em sala de aula. Os professores entendem que há essa desigualdade em relação a representatividade negra nos conteúdos e abordagens em sala de aula, a ausência de discussões sobre a história afro-brasileira contribui para a perpetuação desse problema.

Nas respostas dos professores podemos observar o fato de que muitos educadores seguem um programa de livros didáticos que precisam ser trabalhados em sala de aula, muitas escolas impõem o trabalho com esses livros didáticos. Nesses livros a história dos negros que foram escravizados no nosso país são retratadas de forma errônea, retratando para as crianças apenas uma imagem de miséria, escravidão e violência. Isso afeta a forma como as crianças se enxergam e como pensam na sua ancestralidade, podendo criar uma aversão a sua cultura e identidade.

Os professores deixam claro, que na maioria das vezes os conhecimentos abordados em sala de aula, são conhecimento vindos de fora da realidade das crianças, pouco se é trabalho com as vivências dos alunos da comunidade quilombola, é necessário que os professores busquem levar esses conteúdos para a sala de aula, que eles tenham esse olhar que é necessário para contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos.

Quadro 8 - Como a presença do educador negro impacta no senso de pertencimento de estudantes?

Professor A: Esse impacto é visto de forma social, ou seja, os alunos se veem representados por alguém que se torna no dia a dia modelo para eles. Dessa forma eles percebem que podem fazer parte de qualquer grupo escolhido por eles na sociedade como também de sua evolução.
Professor B: É um incentivo, colabora com descobertas de potencialidades
Professor C: Os educadores negros e quilombolas impactam quando assumem o posicionamento crítico, assumindo o pertencimento e enaltecendo sua cultura e ancestralidade.
Professor D: Ele acaba sendo uma referência para o aluno.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Analisando as respostas dos professores percebemos que eles compreendem que a presença de educadores negros e quilombolas podem desempenhar um papel crucial na formação dos alunos. Os educadores entendem que a presença de profissionais negros e oriundos da comunidade não apenas transmite conhecimento, mas também atuam como modelos e inspirações para os estudantes. Como destaca a professora A, quando diz que “[...]”

os alunos se veem representados por alguém que se torna no dia a dia modelo para eles. eles percebem que podem fazer parte de qualquer grupo escolhido por eles na sociedade”.

Isso reflete a realidade da criança negra em se espelhar, se enxergar em um profissional negro. Dessa forma, os alunos veem educadores negros e quilombolas em posições de liderança, eles se sentem representados. E essa representatividade pode ir além da sala de aula, ela se estende à sociedade como um todo. As crianças podem ver um professor negro, um médico negro, um advogado negro, um astronauta negro e essa criança vai saber que ele pode fazer parte desses grupos, essas crianças compreendem que podem ser o que elas desejarem para o seu futuro e correr atrás desse objetivo.

Essas crianças podem passar a entender que sua cor de pele e sua identidade quilombola e do campo, não são empecilhos em sua trajetória de construção de aprendizagem, que isso não as inferioriza e que todos os espaços sociais são abertos e que eles podem fazer parte de todos esses espaços se assim eles desejarem.

Como pontuado na resposta do professor C, o posicionamento crítico e a valorização da cultura e ancestralidade é um dos impactos de um professor negro em sala de aula. Esses educadores negros e quilombolas assumem um posicionamento crítico em relação à educação, eles não apenas abordam conteúdos acadêmicos, mas também assumem a responsabilidade de enfatizar a importância da cultura e da ancestralidade. Ao valorizar essas raízes, esses profissionais podem ajudar os alunos a construir uma identidade sólida e a compreender a diversidade cultural do nosso país, além disso, eles promovem o respeito e a valorização das tradições dos negros quilombolas do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao indagarmos sobre qual a visão dos/as professores/as sobre a importância da representatividade negra e os impactos com a presença de educadores/as negros/as na construção da identidade cultural, negra e quilombola dos alunos nos anos iniciais da escola Albino Pimentel localizada na Comunidade Quilombola do Gurugi, Conde-PB podemos fazer algumas constatações.

A primeira delas é que o racismo e as questões raciais não são um problema da população negra ou dos povos quilombolas e, sim, é um dever de toda uma sociedade se comprometer em combater o racismo, uma vez que em nosso país as desigualdades sociais também são frutos de uma história que teve quatro séculos de escravidão.

Portanto, se esse compromisso é de todos concordamos que todos devem ter o seu lugar na educação antirracista. A imagem de um professor/a diz muito para as crianças, então as atitudes de respeito, de estética e de identidade impactam muito na formação de uma criança. Uma questão é ter professoras/es negras e não negras no ambiente escolar, outra é a predominância de docentes brancos que por mais empáticos que sejam não sabem a dor de um olhar preconceituoso. Somado a tudo isso existiu uma representação negativa das pessoas negras nos livros didáticos com estereótipos. Atitudes de docentes que falavam “lápiz cor da pele” como sendo a cor bege clara, a cor universal das pessoas.

A segunda é que para estudantes quilombolas muitas vezes é difícil de assumir sua identidade e isso é um processo longo por causa do racismo estrutural, mas a partir da identidade ancestral, do diálogo sobre assumir cabelos crespos e ter referências negras na escola. Quando esta representatividade vem de professores/as e não somente de pessoas trabalhadores/as não letrados, como pessoas executando serviços de limpeza e vigilância, ainda que estas pessoas em qualquer profissão sejam dignas de respeito por terem seu valor na sociedade, entendemos que se não houver docentes negros/as é como se esse lugar nunca fosse para as pessoas negras, em especial (nós), os quilombolas, que são constantemente associadas aos escravizados, representação social hegemônica. No entanto, quando temos professores/as negras em meio aos não negros/as possibilita uma projeção de que é possível através do estudo ocupar um espaço de mundo letrado.

A terceira é que quando os próprios professores/as, independentemente, de seu pertencimento étnico-racial, convergem para o fato de que representatividade negra possibilita uma maior confluência para realizar projetos na escola que falem sobre a representatividade negra positiva através da literatura, música, poesia, história e metodologias afrocentradas

trazendo autores e autoras de pessoas negras quilombolas, bonecas negras, heróis negros e histórias da comunidade que são fundamentais para uma representatividade positiva da autoimagem de crianças negras quilombolas e uma preparação para o combate ao racismo estrutural ainda não superado em nossa sociedade.

Sendo assim, em nossa compreensão desta fase conclusiva sobre a pesquisa em tela, além do que problematizou, contextualizou e analisou sobre a representatividade na visão docente, o estudo abre possibilidades de estudos futuros com foco na visão dos estudantes sobre a representatividade negra, o que nos motiva para a continuidade em uma pós-graduação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAÚJO, Helena Costa. As mulheres professoras e o ensino estatal. In.: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 29, p. 81-103, 1990.

ALENCASTRO, Felipe. **África, números do tráfico atlântico**. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 60.

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. [Col. Feminismo Plural]. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição (1824) **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 22 Out. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Lei 10.639. Brasília: MEC/SECADI, 2003.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo do Professor**, 2007; 2023.

_____. **Censo da Educação Superior (CD ROM Microdados)**, 2009.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A educação do campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista Espaço Acadêmico. N. 121, junho de 2011.p.116-123.

CARRIL, L. F. B. (2017). **Os desafios da educação quilombola no Brasil: O território como contexto e texto**. Revista Brasileira de Educação, 22(69), 539-564.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** São Paulo, SP: Contexto, 2000.

DUARTE, Carolina Barcelos; NUNES, Georgina Helena Lima. **Docência Negra: educação infantil antirracista pela via da representatividade.** v. 16, n. 37. Pelotas RS: Revista Contemporânea de Educação, 2021.

CAVALLEIRO, E. S. O Processo de Socialização na Educação infantil: A Construção do Silêncio e da Submissão. In: **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano.** São Paulo, 9(2), 1999. Disponível em: www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/39447. Acesso em 10 de abril de 2024.5.9

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In.: **Revista Brasileira de Educação,** Número Especial, p. 19-34, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

HARTLEY, Jean F. **Case studies in organizational research.** In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). *Qualitative methods in organizational research: a practical guide.* London: Sage, 1994. 253p. p. 208-229.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org.). **História do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição – volume I.** Brasília: Fundação Cultural Palmares – MinC com apoio do CNPq, 2004.

NASCIMENTO, Elisa. Conceito de afrocentricidade. In.: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio A. dos; RATT, Alex (Org.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

NÓVOA, António. **Os professores: Quem são? Onde vêm? Para onde vão?** Lisboa: ISEF, 1989.

PORFÍRIO, Francisco. **"O que é racismo?";** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-racismo.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). In.: **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. In.: **Revista USP,** São Paulo, Brasil, n. 28, p. 14–39, 1996.

RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio A. dos; RATT, Alex (Org.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Ática, 1999.

ROCHA, L.C.P. Política Educacional e a Lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quando de desigualdades raciais e sócias na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius Baptista (Org.). **Notas de história e cultura afro-brasileira**. Editora UEGP, Ponta Grossa, 2011.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; OLIVEIRA, Guilherme Santiago de; GIMENES, Olíria Mendes. **A História da Educação de Negros no Brasil e o Pensamento Educacional de Professores Negros no Século XIX**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba: 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **A Escola de Pretextato dos Passos e Silva: Questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas- São Paulo, v. nº 4, p. 145-166,2002.

SILVA, Daniel Neves. "**Escravidão no Brasil**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em 26 de março de 2024.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvidicação da identidade e territorialidade negra**. Anais do Colóquio Internacional de Geocrítica. São Paulo, 2012.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

WILLIAMS, Christine I. **Still a man's world: men who do "women's work"**. Bekerley: University of California Press, 1995.

ZAÏDMAN, Claude. La notion de féminisation: de la description statistique à l'analyse des comportements. In: AUBERT, Nicole; ENRIQUEZ, Eugène; GAULEJAC, Vincent de. **Le Sexe du pouvoir: femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations**. Paris: Desclée de Brouer, 1986, p. 281-290.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO)

QUESTIONÁRIO

Caríssimo/a respondente, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforma a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1ª PARTE – PERFIL DO RESPONDENTE

GÊNERO

Sexo Masculino Feminino

PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA (Origem)

Urbana Rural

Naturalidade: _____

VOCÊ MORA NA COMUNIDADE?

Sim Não

RAÇA/ETNIA

Branca Negra Parda Amarela (asiática) Indígena

FAIXA ETÁRIA

Quantos anos você tem? _____

QUAL A SUA FORMAÇÃO?

2ª Parte - QUESTÕES SOBRE A PESQUISA:

1. Já presenciou algum tipo de preconceito racial no ambiente escolar?

() sim () não

Se, sim, poderia relatar:

2. Você já sofreu alguma situação de preconceito racial ou discriminação?

() sim () não

3. Como você se sente em relação ao seu papel na promoção da diversidade e inclusão na comunidade escolar?

4. Quais as práticas educacionais que promovam a valorização da cultura afro-brasileira e quilombola?

5. Você acredita que os alunos negros se veem representados nos conteúdos, atividades e abordagens propostas em sala de aula?

6. Como a presença do educador negro impacta no senso de pertencimento de estudantes?

Termo de Consentimento Informado

Eu, _____ RG _____, concordo em participar da pesquisa intitulada **ASPECTOS ÉTNICORRACIAIS DA COMUNIDADE BARRA DE ANTASCOMO PRÁTICA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna de Pedagogia/Educação do Campo, **LARISSA CORREIA DOS SANTOS**. Como depoente, autorizo o uso dos dados do questionário escrito.

Assinatura do (a) participante